

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 105.904 - CE (2018/0316074-4)**

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**RECORRENTE** : RICARDO SÉRGIO SARAIVA DIÓGENES (PRESO)  
**ADVOGADOS** : PAULO CAUBY BATISTA LIMA - CE019849  
IAGO RODRIGUES LEAL LIMA - CE039204  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

**DECISÃO**

**RICARDO SÉRGIO SARAIVA DIÓGENES** alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**, que manteve a sua prisão preventiva nos autos do HC n. 062065-84.2018.8.06.0000.

Este *writ* pretende o reconhecimento da ausência de fundamentação da preventiva, da falta de contemporaneidade da motivação, do excesso de prazo da custódia, bem como do julgamento do recurso em sentido estrito.

Pede, inclusive liminarmente, a soltura do paciente.

**Decido.**

Da análise dos autos, ao menos em um juízo de cognição sumária, **não vislumbro manifesto constrangimento ilegal** a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Inicialmente, verifico que este recurso está prejudicado em parte, no que tange ao **excesso de prazo para o julgamento do RESE**, visto que o TJCE julgou o recurso em sentido estrito, negando-lhe provimento.

Observo, quanto à **ausência de fundamentação da custódia cautelar**, que, quando o Juiz de Direito prolatou a decisão de pronúncia, indeferiu o direito de responder ao processo em liberdade sob o argumento de que o paciente cumpria pena de 24 anos de reclusão pelo crime de homicídio (Execução de Pena n. 2005157-65.2006.8.06.0001), além de responder a duas ações penais pelo crime de roubo (fls. 58-59).

Tais elementos **afastam**, à primeira vista, a plausibilidade jurídica do direito tido como violado, sobretudo em razão o Superior

Tribunal de Justiça entender que existência de registros criminais pode justificar idoneamente a custódia cautelar. Nesse sentido: HC 389.305/BA, Rel. Ministro Jorge Mussi, 5ª T., DJe 17/8/2017.

Quanto à alegada **falta de contemporaneidade da motivação** – a defesa consigna que "a prisão foi 'mantida' 8 (oito) anos após o fato" (fl. 736) –, observo que o assunto não foi analisado pela Corte local, inviabilizando-se, assim, o conhecimento do tema, sob pena de vedada **supressão de instância**.

No mais, a análise do alegado **excesso de prazo**, além de exigir inviável exame vertical dos autos ainda em juízo prelibatório, confunde-se com o próprio mérito do *mandamus*, motivo pelo qual deverá ser analisada em momento oportuno pelo órgão colegiado, quando serão minuciosamente examinados os fundamentos embasadores dos pedidos.

Assim, não vislumbro, ao menos por ora, constrangimento ilegal a sanar em sede de medida de urgência, de modo que a controvérsia será analisada na oportunidade própria do seu julgamento definitivo.

À vista do exposto, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao magistrado singular sobre os fatos alegados na inicial, devendo informar qualquer alteração no quadro fático atinente à ação penal de que se cuida.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília/DF, 20 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**